

ENTRE O ENSINO E O DIREITO: A APLICABILIDADE E USO DE PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO ENSINO BÁSICO

*Matheus Ítalo Almeida Silva**
*João Batista Gonçalves Bueno (Orientador)***

Resumo:

O presente artigo objetiva discutir a aplicabilidade do uso de fontes primárias oriundas da Justiça do Trabalho para fundamentar práticas de ensino de história. Esta pesquisa faz parte do Projeto de iniciação científica da UEPB e foi contemplada com uma bolsa da CAPES. Ao produzirmos esta investigação consideramos como objeto de estudo os registros escritos das experiências vivenciadas por graduandos/as do curso de licenciatura em História. Eles atuaram no Programa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES. Analisamos e discutimos como essa pesquisa educacional foi posta em prática nas escolas básicas durante o período letivo de 2017. Ela compreendeu somente o espaço das escolas públicas, limitando-se a instituições de ensino específicas do município de Guarabira, PB. Em nossa análise percebemos que os bolsistas do PIBID, inicialmente selecionaram partes dos processos trabalhistas que narravam diferentes conflitos entre empregados e empregadores. Como um dos resultados da pesquisa percebemos que esses tipos de abordagens criadas por professores e estudantes bolsistas do PIBID, colaboraram para o processo de inserção do aluno/a na discussão histórica, aproximando-os/as do da temática da variação do conceito de “Trabalho”. Ao mesmo tempo, compreendemos quais eram os diferentes saberes, fazeres e experiências histórico-educacionais empregados na produção do conhecimento histórico educacional. Este trabalho ganha proporções relevantes no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na área de ensino em história, uma vez que tivemos como resultados a criação de argumentos práticos e aplicáveis sobre novas perspectivas de ensino de história e uso de fontes não tradicionais na sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História. Processos jurídicos. Práticas de ensino. PIBID. Escola pública.

Introdução

De acordo com o que escreveu a historiadora brasileira Circe Bittencourt a utilização de documentos em sala de aula possibilita ao estudante do ensino básico contato direto com o fazer historiográfico, aproximando-o/a de certa maneira do ofício dos historiadores/as, desta forma, entende-se que a narrativa deste artigo se constrói a partir de uma reinterpretação pedagógica de documentos oriundos da Justiça do Trabalho e de sua aplicação didática feita por estudantes da graduação no curso de licenciatura em história pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Consideraram-se como objetos de pesquisa para compor o corpo deste trabalho produções escrita,

* Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

** Doutor em Educação pela UNICAMP e professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

publicadas em anais por estudantes bolsistas da iniciação à docência, financiados/as pela plataforma CAPES, os trabalhos analisados foram desenvolvidas a partir das atividades pedagógicas que os bolsistas desenvolveram em escolas estaduais na Paraíba, onde introduziram os processos trabalhistas para comunidade discente, considerando o contexto escolar.

Os processos aos quais eles recorreram para aplicar as atividades do projeto PIBID são oriundos do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Estadual da Paraíba (NDH), as fontes documentais de pesquisa do arquivo em questão são compostas exclusivamente por processos que vieram da Justiça do Trabalho e que correspondem à comarca de Guarabira/PB e municípios circunvizinhos, o TRT-13. As atividades foram coordenadas pelo Prof. Dr. João Gonçalves Batista Bueno que atua na área de ensino de história, os na época graduandos/as do curso de licenciatura em história selecionaram processos trabalhistas no NDH; dentre os cerca de trinta mil processos que estão sob guarda do centro de pesquisa, os bolsistas optaram por processos trabalhistas que se relacionavam com a temática proposta pelo professor/a da turma e que coubesse dentro do currículo escolar, que geralmente correspondia à sequência cronológica do livro didático.

A partir disso, os bolsistas PIBID iniciaram suas atividades pedagógicas adaptando a linguagem jurídica e de cunho técnico dos processos e adequando-as para realidade linguística dos alunos. Posteriormente dedicaram-se a pensar exercícios que promovessem uma maior interação e aproximação entre o conteúdo do componente curricular História e os sujeitos alunos/as, de modo a fomentar neles/as a desenvoltura do pensamento crítico, bem como estimulá-los a perceber o citado componente curricular não mais como chato ou entediante, ou ainda que ela parte do princípio da repetição de conteúdo do passado. Na escola brasileira contemporânea ao século XXI a componente curricular história encara grande desprestígio da sociedade com um todo, parte disso deve-se aos métodos arcaicos ditos tradicionais com os quais a matéria é ainda lecionada.

Nesse sentido o programa de iniciação à docência criado em 2010 por meio do decreto n.º 7.219 abriu espaço para que o estudante da graduação pudesse vivenciar o cotidiano escolar e colaborar com o processo de ensino aprendizagem dos alunos/as da rede público ensino e, por meio do PIBID, começou a ser possível levar para dentro dos muros da instituição escola um pouco do direito constitucional, relacionando-o com a esfera da educação básica. Isso se configura como importante mecanismo de melhoramento da condição social do indivíduo, visto que; o direito está presente cotidianamente na realidade de todo e qualquer um. Todavia, as pessoas que vivem cercadas de ideias e pensamentos baseados no senso comum, que não fazem parte do restrito espaço universitário, desconhecem em sua maioria aspectos básicos do direito.

Os saberes e fazeres da educação, como mostra Circe Bittencourt, sugerem possibilidades didáticas para ser aplicado ao ensino e o uso do documento é uma delas e vem paulatinamente mostrando-se aplicável e viável no contexto escolar, haja vista a vasta quantidade de documentos disponíveis já digitalizados em plataformas online e outros tantos espalhados pelo país, como os do NDH.

Metodologia

Este artigo surge diante do crescente debate fomentado nos espaços de produção do saber sobre educação, considerando o uso de fontes alternativas de pesquisa para compor as unidades curriculares, e pretende estimular a reflexão sobre a aplicabilidade e o uso de processos advindos do Poder Judiciário no planejamento pedagógico para aulas de História do ensino básico. Para construir este trabalho foram consultados três artigos científicos que narram as experiências de estudantes do curso de licenciatura em História e produzidos por eles. A partir destes trabalhos foi possível analisar a eficácia da metodologia com fontes primárias.

Os aportes teóricos para o desenvolvimento dessas pesquisas se baseiam nas concepções dos seguintes autores: E. P. Thompson; sociólogo britânico que discute em “A voz do passado-História Oral (1978 1988) metodologias de captação e escrita historiográfica; W. Benjamin que discute aspectos da memória; Circe Bittencourt em “Ensino de história fundamentos e métodos”, onde enfatiza o uso de documentos na sala de aula, apontando caminhos e problematizações.

A aplicabilidade dos processos

Ao analisarmos os trabalhos escolhidos para esta pesquisa percebemos que em todos os relatos dos bolsistas havia dois fatores muito relevantes que se ligavam um ao outro, o que nos forneceu subsídios para justificar o uso de processos trabalhistas da esfera jurídica na sala de aula. O primeiro fator diz respeito à boa receptividade dos alunos/as tanto para com as fontes documentais que surgiram para eles como novidade, quanto para com os alunos bolsistas. O segundo fator, que é indissociável do primeiro, diz respeito à participação dos alunos/as nas aulas que o projeto foi aplicado, visto que, nos momentos em que eram ministrados os conteúdos, eles passaram a compor com todo, interagir com o objeto de estudo e com as causas trabalhistas retratadas nos processos. Eles/as estavam envolvidos/as e conectados/as a tal ponto que naquele momento tornavam-se agentes da história, não apenas sujeitos receptores de conteúdo, que por

obrigação tinham de estar ali. Conforme nos mostra os professores bolsistas José Thiago e Wellington Pereira da Silva:

Os documentos levantados para essa pesquisa se referem a acontecimentos da história local, mas tem relação com os conceitos estudados nos currículos da disciplina História. Acreditamos que isso é possível, pois criamos atividades semelhantes às que são realizadas pelos historiadores quando estes fazem suas produções históricas. Assim, fizemos em conjunto com os estudantes da escola básica as escolhas documentais, a análise, o cotejamento entre fontes e a construção de narrativas históricas, produzindo, dessa forma, diferentes abordagens e versões históricas para os conteúdos tradicionais da disciplina de História. (THIAGO; PEREIRA; 2016, p. 46)

As atividades pedagógicas foram realizadas pelos bolsistas Wellington e Thiago no ano de 2016 na escola estadual Mon. Senhor Emiliano de Cristo, em turma de nono ano fundamental. A instituição está localizada na cidade de Guarabira/PB. Eles partiram do processo nº 37/1987, cuja causa da ação trabalhista movida se trata da demissão de uma mulher da zona rural de suas atividades, por justa causa. O patrão alegou para tal ação que a mulher teria faltado um dia de trabalho e, mesmo sendo substituída pela filha, foi demitida.

O documento em questão norteou as discussões sobre a forma que a mulher historicamente vem sendo inserida no espaço de trabalho. Todavia, para problematizar o assunto os bolsistas PIBID tiveram antes que contextualizar as condições de trabalho da mulher. Assim fizeram, inserido o assunto no contexto da revolução industrial, conforme disseram:

Foi por meio desse processo que conseguimos discutir quais são os problemas que o feminismo e as mudanças e permanências nas relações de trabalho na história desde a revolução Industrial inglesa. Neste caso, chegamos conjuntamente a conclusão de que é preciso termos uma sociedade mais justa, onde as minorias e as mulheres tenham as mesmas oportunidades de vida e de trabalho. (THIAGO; PEREIRA, 2016, p. 49).

Segundo os bolsistas, Carla Nayara, Jardel Pereira e Lucicleide Ferreira que atuaram na escola estadual Professor José Soares de Carvalho em 2016, também localizada em Guarabira/PB, os esforços empregados por eles objetivaram traçar estratégias para romper com a metodologia de ensino tradicional que está enraizada nas escolas, para tornar isto possível foi necessário que houvesse da parte deles disponibilidade de horário para que pudessem somar de forma ativa na vivência cotidiana da escola. Para lograr êxito nessa empreitada foi também fundamental para os bolsistas estabelecer diálogos com a professora da turma e que ela estivesse de acordo com as atividades e disposta a ajudar na elaboração e aplicação das aulas.

O bom relacionamento com a professora em questão mostrou-se fundamental para o êxito dos objetivos propostos, visto que se tratava de um trabalho em conjunto e que ninguém é capaz de mudar estruturas tão complexas como a da escola e do ensino básico empregando esforços solitários. Faz-se necessário que toda a comunidade esteja envolvida com a educação, desde a comunidade escolar, a comunidade acadêmica, familiares dos alunos/as e o poder público, pois uma escola de qualidade não se faz sem o investimento de recursos estruturantes e salariais.

Trabalhar com documentos da esfera do direito na escola não é uma tarefa tão simples quanto pode parecer a princípio. Tal atividade requer do professor/a tempo de planejamento e também demanda do/a mesmo/a pesquisa bibliográfica. Os assuntos selecionados devem ser coerentes com o objeto do processo, como já foi dito, ambos devem dialogar entre si e com os alunos/as. Faz-se necessário salientar que os estudantes devem ser os maiores beneficiados com essa abordagem pedagógica. A atividade deve ocorrer para facilitar o entendimento deles e não o inverso. Entretanto, há um cuidado que deve ser tomado e que os professores/as bolsistas ou efetivos devem sempre lembrar. Que seus alunos/as não são e nem estão sendo preparados/as para atuar como historiadores ou historiadoras; sobre os documentos Bittencourt fala que “seu uso será equivocado caso se pretenda que o aluno se transforme em um “pequeno historiador” os documentos tem outra finalidade que não pode ser confundida”, (Bittencourt, 2012, p. 328).

Neste caso deve-se estar atento/a ao uso da linguagem, uma vez que nos processos trabalhistas há toda uma linguagem característica do campo do direito que não é acessível aos conhecimentos dos alunos, por isso deve-se antes de qualquer coisa tornar a leitura dos processos mais fácil e compreensiva. Ainda é preciso lembrar que a documentação que vai ser utilizada como aporte pedagógico muito provavelmente tenha sido produzida em outra época, em outro contexto temporal, social, econômico, linguístico.... Os cerca de trinta mil processos que estão sob a tutela do NDH, por exemplo, variam entre as décadas de oitenta e noventa, podendo haver de outras épocas escondidas na vastidão de processos arquivados. Segundo Circe Bittencourt:

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos, em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhes conferimos enquanto registro do passado. (Bittencourt, 2012, p. 331).

Nesse sentido, os bolsistas da iniciação à docência mostraram-se preparados para lidar com os processos e com a prática da sala de aula, visto que durante toda caminhada que culminou na aplicação do projeto com os documentos eles se guiaram a partir metodologias rigorosas que garantiram a aplicabilidade do uso de processos da Justiça do Trabalho. Primeiro, submeteram-se

como todo bom historiador e historiadora a buscar no arquivo os processos que mais se encaixassem com os temas das aulas. Feita essa catalogação, reescreveram os autos dos processos de maneira de fácil compreensão, com linguagem mais acessível ao público para quem as aulas foram ministradas. Além disso, eles prepararam planos de aula baseados tanto no conteúdo programático quanto nos processos. Só a partir daí, com todos os pressupostos teóricos prontos, eles partiram para prática docente.

Mediante as demandas da escola e da participação dos alunos nos debates os bolsistas propuseram e executaram atividades didáticas. Segundo Circe Bittencourt, outros cuidados devem ser tomados antes de apresentar o documento ao aluno. Deve-se considerar a série em que eles estão e a idade que têm; estes são dois fatores importantes e que podem interferir na escolha do uso de processos. O professor que se propuser a fazer esse tipo de atividade terá antes que analisar se as causas registradas nos documentos são adequadas para a faixa etária de sua turma e se a temática cabe dentro dos assuntos.

Os bolsistas do PIBID utilizaram exclusivamente as fontes documentais da Justiça do Trabalho, mas; há uma gama de outros documentos que abordam diversas temáticas pertinentes para construção do pensamento crítico nos sujeitos. Esses outros acervos podem também fazer com que o aluno desperte olhares mais sensíveis quando se depararem com assuntos transversais e delicados que estão presentes no cotidiano de nossa sociedade. Inclusive; cabe ao professor, seja ele de História ou de outro componente curricular, escolher as fontes documentais que se mostrem mais atrativas e coerentes a realidades múltiplas dos alunos. É necessário que o docente compreenda que o objetivo da atividade com o documento é tornar o ensino de História mais agradável para os alunos, fazer com que o momento da aula seja prazeroso e produtivo.

E. P. Thompson sugere aos historiadores e historiadoras o resgate da tradição oral e propõe metodologias para o fazer historiográfico. Os centros de pesquisa universitários somam hoje no Brasil o maior número de pesquisadores, de todas as áreas do saber; ocorre que diante disso foi construído uma espécie de muro que segrega cientistas e suas produções do restante da sociedade, fazendo com que a população de maneira mais ampla não tome conhecimento da importância da universidade ou do que acontece dentro delas. Segundo Thompson “há acadêmicos que continuam fazendo pesquisa factual sobre problemas remotos, evitando qualquer envolvimento com interpretações mais amplas ou com questões contemporâneas, insistindo apenas na busca de conhecimento pelo conhecimento”. (THOMPSON, 1998, p. 20).

O PIBID surge justamente para romper com essas barreiras e levar para comunidade acadêmica um pouco do que é produzido na universidade. Esse exercício de aproximação demanda

tempo e pesquisa, como mencionado anteriormente, e configura-se como importante meio de propagar os valores da educação para as camadas populares que pouco tem acesso à informação. Aproximar o povo aos centros universitários de pesquisa é dever de todo acadêmico e sobretudo dos professores, desse modo, evita-se que circule no senso comum ideias vazias sobre o ensino público superior.

Ao introduzir processos trabalhistas nas aulas de História, os bolsistas estavam ensinando aos alunos mais do que ler palavras ou saber de acontecimentos do passado. Estavam ensinando-os a fazer leituras conjunturais, mesmo sem saberem que estavam. Estavam abrindo espaço para o diálogo sobre as relações de poder, sobre questões geopolíticas e sobre as conturbadas relações entre patrão e empregado e as formas de exploração da força de trabalho dos mesmos.

Nesse caso em específico, por se tratar de processos trabalhistas que estão intimamente relacionados ao espaço do direito, foi possível levar os alunos a compreenderem tais relações exploratórias e saber situarem-se dentro da sociedade.

Documento e memória

Ao trabalharmos com história e conseqüentemente com os trabalhos historiográficos estamos a todo momento interagindo com os espaços de memória, seja quando falamos em esquecimento, lembranças, documentos, imagens, vídeos, textos.... Em relação aos processos trabalhistas não é diferente!

Podemos, todavia, perceber o uso mais efetivo da memória em dois momentos da aplicação do projeto, quando um processo é analisado ali está sendo produzida uma narrativa de um momento que fez parte da realidade de alguém em dado momento histórico. Neste caso, os alunos/as podem visitar memórias de alguém que não conhecem, mas que por meio dos autos do processo descobriram onde trabalhavam, em que situação trabalhavam e viviam, o que queriam naquele momento, quanto ganhavam, como era visto o empregado pelo patrão, vice e versa.

O segundo momento, e para mim esta é a síntese do projeto PIBID é quando, por meio dos casos relatados, os alunos se encontram em situações semelhantes, seja um pai ou mãe que foi demitida e o patrão alegou justa causa, seja um vizinho que entrou na justiça pelos seus direitos trabalhistas. De alguma forma os documentos despertaram a empatia dos alunos e os fizeram rememorar situações que lhes eram próximas da realidade, cada um com sua contribuição foi construindo algo maior que deixaram de ser pequenas lembranças e uniu-se ao todo para explicar a exploração do trabalho. A jornalista Flávia Schilling, ao escrever sua tessitura sobre o campo da

memória, considera que ela jamais pode ser considerada uma construção individual. Ela afirma que os indivíduos possuem recortes de memória que, ao se unirem a outros como uma espécie de quebra-cabeças, transforma-se num todo.

Conclusão

O uso de processos jurídicos como aporte para produção de aulas no ensino básico mostrou-se uma prática com resultados positivos e que devem ser repetidos em outras escolas do país. O contato dos alunos/as com o documento, além de inovador no contexto da sala de aula, possibilita o aprendizado tanto do conteúdo programático quanto possibilita ao mesmo receber formações complementares e transversais sem que haja quaisquer prejuízos ao ensino. Utilizar essas fontes requer do professor regente atenção e pesquisa, todavia não há necessidade de grandes aparatos tecnológicos, podendo ser feito apenas com uso de projetor, e por isso é possivelmente compatível com as múltiplas realidades das escolas brasileiras.

Para o professor/a adaptar suas aulas ao uso de documentos pode representar uma melhora significativa no desempenho da turma, além de abrir um leque de possibilidades para tornar suas aulas mais lúdicas e atrativas. Para o professor/a que tem uma sobrecarga horária de trabalho é uma saída na hora de planejar as aulas.

BETWEEN TEACHING AND LAW: THE APPLICABILITY AND USE OF PROCESSES OF LABOR JUSTICE IN BASIC EDUCATION

Abstract:

The present article aims to discuss the applicability of the use of primary sources derived from labor justice to support History teaching practices. This research is part of the UEPB Scientific Initiation Project, awarded with a CAPES scholarship. By producing this research, we consider as object of study the written records of the experiences of undergraduates of the licentiate course in History, who worked in the Initiation to Teaching Program (PIBID), financed by CAPES. We analyzed and discussed how this educational research was put into practice in basic schools during the school year of 2017. It comprised only the space of public schools, limited to specific educational institutions of the city of Guarabira, PB. In our analysis, we realized that the PIBID scholarship students, initially selected parts of the labor lawsuits that chronicled different conflicts between employees and employers. As one of the results of the research, we noticed that these types of approaches created by PIBID teachers and scholarship students collaborated in the process of insertion of the student in the historical discussion, bringing them closer to the theme of the variation of the concept of "Work". At the same time, we understand the different educational experiences used in the production of historical knowledge. This article gains relevant proportions in the teaching-learning process, especially in the area of teaching in History, since we have as results the creation of practical and applicable arguments about new perspectives of History teaching and use of non-traditional sources in the classroom.

Keywords: History teaching. Juridical processes. Teaching practices. PIBID. Public school.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2012.

NAYARA, C.; PEREIRA, J.; FERREIRA, L.; BUENO, J. B. G. Entre práticas e metodologias no projeto PIBID: experiências de uso de processos da Justiça do Trabalho para o ensino de História. *In: II SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA*, 2., 2017, Guarabira. **Artigos...** Guarabira: UEPB, 2017, p. 45.

SCHILLING, Flávia. (Org.). Memória da Resistência ou a Resistência como construção da Memória. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória: Conexão Repressiva e Operação Condor**. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas, 2009. V. 3.

THIAGO, J.; PEREIRA, W.; BUENO, J. B. G. Mulheres no mercado de trabalho: aplicações para uma discussão latente. *In: II SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA*, 2., 2017, Guarabira. **Artigos...** Guarabira: UEPB, 2017, p. 45.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** (História Oral). 2. ed. São Paulo: Paz e terra S. A, 1998.